

Senado aprova punições mais severas para poluição das águas

Senadores optaram por substitutivo elaborado pelo relator da proposta na CCJ. Agora, o texto, que define normas, fixa prazos e estabelece multas para causadores de desastres ecológicos, será apreciado pela Câmara dos Deputados

MAIS SEGURANÇA E MULTAS PESADAS

PARA QUEM VALEM AS REGRAS

- Embarcações, nacionais ou estrangeiras, que trafegam em águas sob jurisdição nacional
- Portos, terminais, plataformas e suas instalações de apoio
- Terminais especializados em outras cargas que não óleo ou substâncias nocivas
- Estaleiros, marinas, clubes de iatismo e instalações similares

OBRIGAÇÕES

- Dispor de instalações ou meios adequados para recebimento e tratamento dos diversos tipos de resíduos nocivos e poluidores
- Elaborar manual de procedimento sobre gerenciamento de riscos
- Fixar planos de emergência contra a poluição por óleo e substâncias nocivas ou perigosas
- Manter a bordo (no caso de navios) livro de registro da carga com informações sobre carregamentos, descarregamentos e limpeza dos tanques

SANCÕES

- Multas entre R\$ 7 mil e R\$ 50 milhões, além de sanções administrativas e penais

PRAZOS (*)

- 180 dias para apresentar seus planos de emergência à autoridade ambiental
- 360 dias para elaborar o manual de procedimento interno de gestão de riscos ambientais
- Cinco anos para construir e colocar em funcionamento as instalações de recebimento e tratamento de resíduos poluentes

(*) A partir da publicação da lei

O Plenário do Senado aprovou ontem substitutivo ao projeto de lei que estabelece novas normas de prevenção contra a poluição causada por petróleo, seus derivados e outras substâncias nocivas em águas sob jurisdição nacional. A proposta

agora retornará à Câmara dos Deputados. Navios, portos e outras instalações terão que se adaptar às novas exigências. Quem causar acidentes ecológicos como derramamento de óleo poderá pagar multas de até R\$ 50 milhões.

PÁGINA 3

COMISSÕES

CCJ Código do Contribuinte vai para CAE Proposta do senador Jorge Bornhausen será agora apreciada pela CAE. PÁGINA 2	CAE Impostos para micros serão unificados Projeto aprovado ontem unifica alíquotas dos tributos cobrados pelo Simples. PÁGINA 4
---	--

QUEIXAS CONTRA PLANOS DE SAÚDE OCUPAM O SEGUNDO LUGAR NO PROCON

PÁGINA 3

Comissão de Assuntos Sociais promoveu ontem audiência pública com dirigentes da Agência Nacional de Saúde Suplementar



DOM PAULO PEDE MAIS VERBAS PARA A SAÚDE

Dom Paulo Evaristo Arns e a coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Zilda Arns Neumann, foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (foto). Eles vieram pedir apoio para a emenda constitucional que vincula a aplicação de recursos destinados à área da saúde. PÁGINA 2

ACM recebe apelo por vinculação de verbas da saúde

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem apelo do cardeal Paulo Evaristo Arns e da coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Zilda Arns Neumann, para que sejam feitas gestões políticas em favor da aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC Aglutinativa 86-A) que vincula recursos públicos municipais, estaduais e federais para o setor de saúde.

O senador manifestou-se contra a vinculação nas bases atualmente propostas, mas apoiou a luta pelo aumento de recursos para a saúde pública e prometeu buscar uma solução junto ao ministro da Saúde, José Serra, segundo revelou dom Paulo Evaristo Arns, após a audiência.

De acordo com a coordenadora da Pastoral da Criança, a emenda possibilitará maior desenvolvimento da área da saúde porque, entre outros efeitos, determina uma responsabilidade orçamentária e financeira conjunta das três esferas de governo, estabelecendo pela primeira vez, para o setor saúde, um "financiamento compromissado permanente".

Bispos convidam senador para abertura da reunião da CNBB

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Raimundo Damasceno, visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para convidá-lo a participar da cerimônia de abertura da 38ª Reunião dos Bispos do Brasil, que se realizará em Porto Seguro (BA), no dia 26 de abril. Dom Raimundo estava acompanhado pelo assessor especial da 38ª Reunião, Joel Portella.

CCJ aprova projeto do Código de Defesa do Contribuinte

Proposta apresentada pelo senador Jorge Bornhausen será apreciada agora pela Comissão de Assuntos Econômicos

Em reunião extraordinária, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o projeto de lei complementar do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que institui o Código de Defesa do Contribuinte. Os senadores decidiram enviar a proposta à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde poderão ser examinadas as ponderações da Secretaria da Receita Federal sobre o conteúdo do código.

O objetivo do projeto é permitir que os contribuintes "tenham uma relação de igualdade" com o fisco, estabelecendo obrigações das autoridades fazendárias no tratamento com pessoas e empresas. O relator na CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), não aceitou emendas apresentadas pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), sendo acompanhado pela



Jorge Bornhausen espera "uma nova página na história da cidadania"

maioria. O relator apresentou várias emendas de redação.

Durante a reunião da CCJ, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), o senador Pedro Simon (PMDB-RS) leu um texto com observações sobre o projeto, apresentadas pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. O secretário diz que o código só trata dos deveres do fisco, não mencionando as obrigações dos contribuintes. Ele aponta ainda artigos com imprecisão e subjetividade, que podem beneficiar empresas que procuram sonegar impostos, pois dão chance a medidas protelatórias de cobrança.

Depois de lembrar que Everardo Maciel afirmou à CPI do Sistema Financeiro, realizada no ano passado pelo Senado, que os empresários têm conseguido adiar o pagamento de bilhões de reais graças a

imprecisões da atual legislação, Simon sugeriu que o secretário da Receita seja convidado a manifestar seus receios sobre o novo código. O relator, Edison Lobão, preferiu que Everardo Maciel seja ouvido na CAE, para evitar atrasos na tramitação do projeto.

Entre as emendas apresentadas por Suplicy e rejeitadas pelo relator, uma suprime o artigo 26 da proposta. O artigo prevê que nenhuma empresa sob processo administrativo no fisco ou sob processo judicial tributário poderá ser impedida de entrar em licitações do governo, ter acesso a incentivos fiscais ou a linhas de crédito. Lobão argumentou que a abertura de processo não significa que a empresa será condenada no final.

O projeto apresentado por Bornhausen foi elaborado por uma equipe de economistas reunidos pelo Instituto Tancredo Neves, ligado ao PFL. Na defesa do código, o senador sustenta que ele "abrirá uma nova página na história da cidadania, acabando com todas as formas de coação do contribuinte".

O QUE DIZ O CÓDIGO EM TRAMITAÇÃO

- As secretarias de Finanças não poderão mais divulgar pela imprensa nomes de contribuintes devedores.
- Todo contribuinte é inocente até decisão judicial em contrário.
- Nenhum contribuinte será obrigado a pagar alguma coisa antecipadamente para ter direito de reclamar.
- Os contribuintes devem ser tratados com boa-fé pelos agentes fazendários.
- As secretarias de Fazenda têm de responder a reclamações de contribuintes em 30 dias, em processo administrativo. Fica proibido o uso de meios coercitivos para cobrança extrajudicial de tributos, como interdição de empresas. Fiscais não poderão ser acompanhados de polícia nas suas diligências, exceto quando autorizados pela Justiça. A autoridade fazendária terá de comunicar previamente as diligências que pretende realizar, adiantando o que quer examinar. Empresa que responde a processo administrativo ou judicial também terá direito a incentivos fiscais. Contribuinte que parcelar débitos tributários não será mais considerado inadimplente.
- Fica proibida a publicação de *Diário Oficial* em janeiro, com data retroativa a 31 de dezembro, para validar impostos que deveriam obedecer ao princípio da anualidade. O Fisco terá de informar, a cada seis meses, a carga tributária que incide sobre mercadorias e serviços, com detalhes sobre a tributação aplicada à cesta básica.
- O contribuinte deve ser informado sobre todo processo em que estiver envolvido, com acesso a tudo, podendo inclusive tirar fotocópias. Se quiserem, cidadãos ou empresas poderão prestar informações a órgãos fazendários apenas por escrito, em prazo nunca inferior a cinco dias. Toda segunda instância administrativa da Fazenda será organizada como colegiada, com representantes dos contribuintes. A atuação de contribuinte depende da análise de sua defesa prévia, apresentada em cinco dias a contar da intimação.
- Fica vedado à administração fazendária induzir, por qualquer meio, a autodenúncia ou a confissão do contribuinte, por meio de qualquer artifício. Ação penal contra contribuinte só poderá ser proposta após o fim de processo administrativo.

Brasil 500



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: 1º dia de discussão, em 1º turno, da *PEC 24/99 (nacionalidade brasileira); *PDL 140/99, que renova a permissão outorgada à JPB Empresa Jornalística Ltda., de Lages (SC); *PDL 52/99, que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora Aparecida, de Aparecida (SP); *Requerimento 784/99, solicitando tramitação conjunta do PLS 630/99 com os PLS nºs 391 e 399, de 1999; e *Requerimento 790/99, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS 332/99.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: *PLS 92/99, que dispõe sobre o trabalho voluntário; *PLC 52/99, que equipara a atividade de peão-de-rodéio à de atleta profissional; emenda ao substitutivo do *PLS 112/99, que dispõe sobre benefícios da Previdência Social; *PLC 31/95, que fixa normas para promover a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; emendas oferecidas ao *PLS 64/96, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes; *PLS 530/99, que dispõe sobre assistência pré-natal às gestantes; *PLS 388/99, que dispõe sobre a vigilância sanitária de medicamentos, drogas e outros produtos; *PLS 474/99, que institui o Dia Nacional de Vacinação contra a Hepatite B; *PLS 660/99, que torna obrigatória a concessão de emprego a pessoas portadoras de deficiência física; e *PLC 73/96, que revoga o art. 318 da CLT. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta Extra: *Mensagem 73/2000, que submete o nome de Solange Beatriz Palheiro Mendes de Almeida para o cargo de diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); *Mensagem 74/2000, que submete o nome de Arnaldo Pereira da Cunha Júnior para o cargo de diretor da ANSS; e *PLS 569/99, que determina desconto de 50% nas passagens aéreas para os maiores de 60 anos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLC 49/99, que dispõe sobre a capacitação do setor de tecnologia de informação; *PR 1-CN, que dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado do extinto IPC; *PLS 184/99, que dispõe sobre isenção do IPI na aquisição de caminhões; *PEC 109/99, que dispõe sobre a política energética; *PEC 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição; emendas ao *PLS 23/98, que autoriza o inclusão de novos municípios à Região de Desenvolvimento do Entorno do DF; *PLS 213/99, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar 64/90; *PLS 205/99 (terminativo), que acrescenta o parágrafo 1º ao artigo 9º da Lei nº 4.591/64; *PLS 268/99 (terminativo), que dispõe sobre o uso de bancos de dados pessoais e disciplina o *habeas data*; e *PLS 327/99, que trata da realização de exames de DNA para instruir processos de reconhecimento de paternidade. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Pauta: Dá conhecimento dos relatórios aos membros do Conselho de Ética. *Ala Senador Nilo Coelho, Sala 6*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Controle de poluição das águas retorna à Câmara

Substitutivo é saudado por senadores como capaz de preencher uma lacuna no ordenamento jurídico do país, ao instituir regras de prevenção de acidentes como o que causou degradação ambiental na baía de Guanabara

Foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado substitutivo ao projeto de lei da Câmara que disciplina a prevenção e o controle da poluição causada por descarga de petróleo, seus derivados e outras substâncias nocivas em águas sob jurisdição nacional. Tramitando há um mês em regime de urgência solicitada pelo Poder Executivo, a matéria recebeu pareceres favoráveis das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), apresentados, respectivamente, pelos senadores Osmar Dias (PSDB-PR) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Dez emendas ao substitutivo foram rejeitadas pelos dois relatores. As alterações feitas pelos senadores deverão ser examinadas pela Câmara.

Proposto pelo Poder Executivo em 1992 e aprovado na forma de substitutivo da Câmara em 1996, o projeto foi votado em setembro de 1998 na CAS. O tempo de tramitação, justificou Alcântara, impôs as modificações que ele sugeriu ao texto. O senador observou que nesse período ocorreram importantes alterações na legislação pertinente ao assunto, como a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em 1997, e a sanção da Lei nº 9.605 – a Lei dos Crimes Ambientais, em 1998.

De acordo com o relator da proposta na CCJ, o teto máximo das multas para infrações que provocam dano direto ao meio ambiente foi equiparado

expressamente ao valor previsto na Lei dos Crimes Ambientais. Uma segunda categoria de multas – para infrações decorrentes de descumprimento das obrigações legais de prevenção e controle de poluição – foi então instituída no substitutivo de Lúcio Alcântara.

O relator também fixou outros prazos para a entrada em vigência da lei e sua regulamentação. Caso obtenha a concordância da Câmara, a lei entrará em vigência 90 dias após sua publicação e o Poder Executivo terá 360 dias para regulamentá-la.

Gerson Camata (PMDB-ES), autor de oito das dez emendas apresenta-



Os senadores Osmar Dias e Lúcio Alcântara foram os relatores da proposta nas comissões de Assuntos Sociais e de Justiça

das ao substitutivo, defendeu a abrangência do substitutivo para incluir o lançamento de substâncias nocivas no ar. Camata apelou aos relatores pela aprovação das emendas, com o apoio de Marina Silva (PT-AC), mas Alcântara reiterou que o substitutivo referia-se especificamente à poluição hídrica. Geraldo Cândido (PT-RJ) também defendeu uma ampliação do escopo da lei, exemplificando com o caso

de Angra dos Reis, município que se vê às voltas com o problema do lixo nuclear produzido pelas usinas atômicas.

Para Jefferson Péres (PDT-AM), o projeto preenche uma importante lacuna do ordenamento jurídico do país, principalmente para a região amazônica. Com ecossistema frágil a agressões ambientais, disse, a Amazônia estaria particularmente sujeita a acidentes ecológicos num momento em que a Petrobras elevou a produção do campo de Urucu para 45 mil barris diários, transportados por balsas pelo rio Solimões até a refinaria de Manaus.

Prevenir e fiscalizar, dois objetivos da proposta

O projeto que estabelece normas de prevenção, controle e fiscalização da poluição das águas, aprovado ontem, aplica-se a todas as embarcações, nacionais ou estrangeiras, que trafegam em águas sob jurisdição nacional. Sujeita também a suas regras portos, terminais, plataformas e suas instalações de apoio, terminais especializados em outras cargas que não óleo ou substâncias nocivas, estaleiros, marinas, clubes de iatismo e instalações similares.

De acordo com o substitutivo, todo porto organizado, instalação portuária e plataforma deverão dispor de ins-

talações ou meios adequados para recebimento e tratamento dos diversos tipos de resíduos nocivos e poluidores. As entidades exploradoras dos portos e os proprietários ou operadores das plataformas terão, ainda, a obrigação de elaborar manual de procedimento sobre gerenciamento de riscos e fixar planos de emergência contra a poluição por óleo e substâncias nocivas ou perigosas. Esses planos serão consolidados pelo órgão ambiental competente na forma de planos de contingência locais ou regionais, em articulação com os órgãos de defesa civil.

Os navios de transporte de substân-

cias nocivas ou perigosas deverão manter a bordo um livro de registro da carga, que poderá ser requisitado pela autoridade marítima, pelo órgão ambiental competente e pelo órgão regulador da indústria do petróleo – a Agência Nacional do Petróleo (ANP). O livro deverá conter informações detalhadas sobre os carregamentos, descarregamentos e limpeza dos tanques de carga, sob pena de o navio ser retido até regularização.

O substitutivo prevê multas de R\$ 7 mil a R\$ 50 milhões, além de sanções administrativas e penais, para os responsáveis pelo lançamento de petró-

leo, seus derivados e substâncias nocivas nas águas marítimas e interiores nacionais. Prevê também prazos de adaptação a suas normas, de modo que os portos organizados, instalações portuárias e plataformas em operação terão 360 dias, contados a partir da publicação da lei, para elaborar e submeter à autoridade ambiental o manual de procedimento interno de gestão de riscos ambientais; cinco anos para construir e colocar em funcionamento as instalações de recebimento e tratamento de resíduos poluentes; e 180 dias para apresentar seus planos de emergência à autoridade ambiental.

Agência admite que planos de saúde geram muitas queixas

A diretora de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde, Maria Estella Gregori, reconheceu, durante reunião no começo da noite de ontem na Comissão de Assuntos Sociais, que, apesar das diversas modificações na legislação e de a agência já atuar há um mês, as queixas sobre os planos de saúde privados continuam ocupando o segundo lugar em número de reclamações que chegam aos Procons e outros órgãos de defesa do consumidor.

Ela disse, no entanto, apoiada pelos outros dois diretores que compareceram à reunião da CAS destinada a conhecer a estrutura e o funcionamento do órgão recém-criado, que está confiante em uma melhora dessa situação. "Somente agora o consumidor passou a contar com um órgão que irá fiscalizar e regular um mercado que atuou à deriva por quase 30 anos", afirmou o presidente da ANS, Januário Montone.

Montone disse que a agência está empenhada, neste primeiro momento, em organizar um banco de informações sobre o público que participa do sistema de saúde suplementar, tanto usuários como fornecedores.

O diretor de Normas da Agência Nacional de Saúde, João Luiz Barroca, assegurou ao senador Sebastião Ro-



Osmar Dias (D) preside a audiência, que contou com a presença de diretores da Agência Nacional de Saúde

cha (PDT-AP), autor do requerimento para realização da reunião, que a possibilidade de transplante está incluída nos direitos dos usuários dos planos de saúde. Também caberá às empresas o ônus de provar a preexistência de doenças em seus beneficiários, não podendo, enquanto isso, negarem-se a prestar a assistência devida, acrescentou.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) acentuou os avanços já alcançados pela agência e pediu mais publicidade desse trabalho. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) concordou lembrando que realmente se trata de uma cultura nova para a população.

A reunião foi presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR) que comunicou outra reunião, hoje, com outros dois diretores da agência, Solange Beatriz Almeida e Ronaldo Pereira da Cunha.

AUDIÊNCIAS

Diversas autoridades da área de saúde devem comparecer à uma audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais para debater a questão da atuação de médicos estrangeiros – ou com diplomas do exterior – em território nacional. O requerimento para realização da reunião partiu do senador Lúcio Alcântara, que pretende com isso instruir os senadores da CAS sobre projeto que visa regularizar a situação

desses profissionais quando em trabalho provisório no país, como é o caso dos serviços voluntários ou de emergência. A proposta, do senador Tião Viana (PT-AC), está tramitando na comissão e tem como relator o senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

Além deste requerimento, os senadores da CAS aprovaram, na reunião de ontem, requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR) para realização de outra audiência pública. O senador quer informações junto aos presidentes da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), José Mauro Esteves, e do Ibama, Marília Marreco, sobre a questão dos depósitos de lixo nuclear.

Autorizada reestruturação de dívida

A dívida de Moçambique com o Brasil, no valor de US\$ 150,8 milhões, será reestruturada, conforme autorização concedida ontem pelo Plenário do Senado, que aprovou o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos favorável à operação. O crédito é resultado de operações do Fundo de Financiamento às Exportações (Finex).

Diversos outros acordos de dívidas decorrentes do Finex já foram feitos com países africanos, entre eles Gabão, Zâmbia e Mauritânia, segundo salientou José Eduardo Dutra (PT-SE) em seu parecer na CAE.

Em outra operação de crédito apreciada pelo Plenário, a prefeitura de Cachoeirinha (RS) foi autorizada a contratar R\$ 2 milhões junto ao Fundo de Desenvolvimento do Programa Integrado de Melhoria Social (Fundopimes), gerido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul. O ato de outorga de concessão à Fundação João Paulo II para explorar serviço de rádio e televisão com fins exclusivamente educativos foi outra matéria que obteve a aprovação do Plenário.

CAE aprova unificação de alíquotas para microempresas

Decisão tem caráter terminativo e irá à Câmara se não houver recurso para apreciação pelo Plenário. Senador Álvaro Dias, autor da proposta, afirma que o sistema atual, por faixas de faturamento, inibe o crescimento das empresas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que unifica as alíquotas dos impostos cobrados das microempresas através do Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos). A proposta fixa em 3% sobre o faturamento bruto anual as alíquotas a serem cobradas de empresas com receitas de até R\$ 244 mil. Caso não haja recurso para votação pelo Plenário, a matéria seguirá para apreciação pela Câmara.

A legislação atual estabelece cobranças escalonadas com base no faturamento: 3% para empresas que faturam até R\$ 60 mil; 4%, até R\$ 90 mil; 5%, até R\$ 120 mil; e 5,4%, até R\$ 240 mil. Mas, segundo Álvaro Dias, essa fórmula inibe o crescimento e pode levar à sonegação.



Álvaro Dias pretende reduzir a sonegação e a contenção do faturamento das empresas

— A obrigatoriedade de reenquadramento em nova faixa de tributação acaba por funcionar como poderoso desestimulante ao crescimento da empresa,

induzindo ao nanismo, ou, muitas vezes, à sonegação — afirmou.

O texto adotado foi um substitutivo do relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), com pequenas mudanças em relação à proposta original. “Não entramos no conteúdo, apenas aperfeiçoa-mos para tornar inequívoco o que o projeto pretende”, esclareceu.

A lei atual estabelece nove outras faixas, entre R\$ 240 mil e R\$ 720 mil de faturamento anual. A proposta de Álvaro Dias cria cinco faixas, com alíquotas variando entre 5,4% e 7%, e altera os limites de faturamento.

— São as mesmas alíquotas atuais, mas com limites maiores, para reduzir a sonegação e a contenção do faturamento dessas empresas — explicou o relator.

Na mesma reunião, a CAE aprovou

duas autorizações de contratação de crédito pela União junto ao banco KFW da Alemanha, no valor de US\$ 48,2 milhões e US\$ 6 milhões aproximadamente, para as instituições federais de ensino superior. O objetivo é fazer frente ao Programa de Modernização e Consolidação de Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições de Ensino Superior e seus Hospitais Universitários. O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) votou a favor, mas fez um apelo ao Ministério da Educação para que os recursos sejam prioritariamente destinados às universidades que passam por maiores dificuldades orçamentárias. “As instituições do Norte, Nordeste e Centro-Oeste precisam mais desses recursos. As outras já são centros de excelência”, frisou.

Outro empréstimo aprovado destina

US\$ 62,4 milhões ao Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema Postal. O senador Lauro Campos (PT-DF) votou contra os pedidos de empréstimos. “A capacidade de endividamento do Brasil já chegou ao limite e estamos à beira de uma moratória”, justificou.

Também foi aprovado projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA), relatado pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que dispõe sobre o seguro dado em garantia, institucionalizando uma prática já comum nas relações entre contratantes. O relator vê vantagens para as empresas públicas e privadas.

— Elas serão as grandes beneficiárias. Se ocorrer falta de liquidez do devedor, o objeto do contrato e a relação comercial estarão assegurados e afastada a inadimplência — previu.

Representante dos municípios diz que Lei de Responsabilidade Fiscal fere pacto federativo

Em audiência pública realizada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, disse que o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal fere o pacto federativo. A proposta, na sua opinião, estabelece um modelo único de governo para estados e municípios, de acordo com as regras do Fundo Monetário Internacional, e impõe a eles “uma camisa-de-força”.

Ziulkoski considera difícil a adequação às novas regras, uma vez que as atuais administrações municipais estão baseadas em orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias elaborados antes de qualquer discussão sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. “Querem trocar o pneu com o carro andando”, compara. Além de pra-

zo para adaptação às novas regras, ele sugere programas de refinanciamento das dívidas municipais, nos moldes dos feitos para os estados. De outra forma, sustenta, as prefeituras não terão como cumprir as metas estipuladas. O artigo 35 da proposta proíbe o refinanciamento das dívidas.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, o maior defeito do projeto é privilegiar, no que se refere aos gastos públicos, o pagamento da dívida, em detrimento dos gastos sociais. “Esta é a lógica que norteia a equipe econômica. Só que os efeitos para a população serão terríveis”, critica. Conforme Ziulkoski, houve aumento das atribuições dos municípios, sem contrapartida em recursos. Dados apresentados por ele indi-

cam que as prefeituras contam com 15% da arrecadação tributária, restando 26% para os estados e 59% para a União. “Enquanto isso, todo o atendimento das necessidades da população fica a cargo dos municípios”, observou.

Também participou da audiência pública Flávio Xavier de Moura e Castro, presidente da Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil. Ele defendeu a revisão do dispositivo que limita os gastos dos Legislativos estaduais em 3% das receitas do estado. Argumentou que esse limite engloba os gastos com os tribunais de contas. Na sua avaliação, as assembleias legislativas dificilmente aceitarão diminuir suas despesas, o que poderia inviabilizar as atividades dos tribunais.

Oposição quer garantir gastos sociais

O Bloco Oposição deverá apresentar emenda ao projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos, visando garantir o cumprimento dos gastos sociais. O anúncio foi feito ontem pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), segundo o qual a intenção é dar aos deveres constitucionais do estado o mesmo tratamento dispensado no projeto às despesas com o pagamento da dívida.

O texto aprovado na Câmara dos Deputados determina o corte de despesas pelos governos federal, estaduais e municipais se determinadas metas estiverem ameaçadas. As despesas com juros da dívida pública estarão asseguradas, caso o projeto seja aprovado.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou dados que comprovam o aumento da dívida de estados e municípios entre 1995 e 1999. De acordo com

o senador, o endividamento, de cerca de R\$ 74 bilhões, chegou a mais de R\$ 167 bilhões. Ele não crê que esse crescimento guarde relação direta com o aumento dos gastos na administração pública.

— Não nos parece que o crescimento da dívida tenha sido provocado por problemas exclusivamente orçamentários, por uma tendência dos governantes gastarem mais — comentou, creditando o aumento à política cambial adotada pelo governo nos últimos quatro anos e pelos juros altos praticados desde 1995.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez questionamentos com relação ao projeto. Para ele, deve haver um período de adaptação para que as administrações municipais possam se adequar às novas regras. Ele também criticou “o tratamento privilegiado” que o projeto dá aos gastos com juros.

Os senadores Agnelo Alves (PMDB-

RN) e Paulo Souto (PFL-BA) defenderam a aprovação do projeto. Para o primeiro, o único senão é a inexistência de sanções aos administradores que desrespeitarem a lei. Paulo Souto apontou a necessidade de criar mecanismos para permitir o uso de recursos oriundos do crescimento da arrecadação tributária.

Também favorável à proposta, o senador José Fogaça (PMDB-RS) observou que há questões de difícil solução no texto, principalmente as que se relacionam com as dívidas municipais. A esse respeito, o relator da proposta na CAE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), disse que o Senado poderá tentar negociar alterações junto ao Executivo. O relator anunciou a realização de audiência pública sobre o projeto com o ministro do Planejamento, Martus Tavares, e com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amauri Bier.



Representantes de municípios e tribunais de contas participaram de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos

Projeto obriga governantes a cumprirem metas fiscais

O projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal, em análise na Comissão de Assuntos Econômicos, estabelece normas para os gastos nas administrações federal, estaduais e municipais, obrigando o presidente, governadores e prefeitos a atuarem nos limites do Orçamento aprovado pelo Legislativo. Assim, eles terão de fixar metas fiscais para os três anos seguintes.

Para o cumprimento dessas metas, o projeto prevê a imposição de regras como a proibição do aumento de salários do funcionalismo ou a tomada de empréstimos poucos dias antes do final de mandato. Além disso, as chamadas despesas continuadas (superiores a dois anos) só poderão ser reajustadas se houver aumento de impostos ou corte de despesas.

As despesas em anos eleitorais vão receber um tratamento diferenciado. O prefeito ou governador estará proibido de assinar os empréstimos conhecidos como Antecipação de Receita Orçamentária (ARO). Outra novidade é que nos oito meses anteriores às eleições não poderão ser começadas obras que não possam ser concluídas até o final do mandato.

As metas estabelecidas pelo Executivo, Judiciário e Legislativo deverão ser avaliadas a cada dois meses. Em caso de desvios, o Executivo poderá cortar gastos do Legislativo e do Judiciário, se ambos não o fizerem por conta própria.

CE aprova dia contra exploração sexual de crianças

Data escolhida, 18 de maio, lembra o desaparecimento de Araceli Cabrera Sanches, assassinada aos oito anos em Vitória, em 1973, depois de torturada, drogada e estuprada por três homens. Proposta segue agora para o Plenário

A Comissão de Educação aprovou ontem parecer favorável a projeto da deputada Rita Camata (PMDB-ES) que institui o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A data escolhida, 18 de maio, marca o desaparecimento de Araceli Cabrera Sanches, assassinada aos oito anos, em Vitória (ES), em 1973. A matéria segue para o Plenário.

A deputada lembra que Araceli foi seqüestrada, aprisionada, espancada, torturada, drogada e estuprada por, pelo menos, três homens. A *causa mortis* declarada oficialmente foi *overdose*. Os acusados não foram punidos e o crime já prescreveu.

O relator da matéria, senador Geraldo Cândido (PT-RJ), disse que é preocupante constatar que, desde o assassinato de Araceli, os números indicam "um aumento considerável" da violência contra crianças e da exploração sexual de adolescentes.



Ao apreciar o projeto, os senadores debateram a violência contra crianças e a exploração sexual de adolescentes

Marina Silva (PT-AC) atribuiu essa situação à falta de assistência e de oportunidade para as famílias pobres. Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que, quando era diretor-geral da Polícia Federal, foi procurado pelo jornalista Gilberto Dimenstein, autor de uma série de reportagens sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes na região Norte,

que lhe contou que as próprias famílias, pressionadas pela miséria, alugavam ou vendiam suas filhas menores, a fim de conseguir dinheiro para comprar comida.

Gerson Camata (PMDB-ES) informou que a idéia de instituir o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes partiu de 55

entidades, que propuseram a apresentação do projeto à deputada Rita Camata.

O projeto estabelece que no âmbito federal caberá ao Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos, a coordenação da programação alusiva à data.

Concessões para emissoras têm parecer favorável

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), aprovou ontem pareceres favoráveis a dois projetos de decreto legislativo que renovam permissões outorgadas para o funcionamento da Rádio Cultura de Araçatuba e da Rádio Jornal Cidade Bauru. Também foi aprovado o ato que outorga permissão à Fundação Universitária de Rádio e Televisão em Araraquara. As três emissoras ficam em São Paulo. A comissão aprovou ainda parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS) favorável a que seja encaminhado à apreciação da Subcomissão Permanente de Rádio e Televisão projeto que dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão e fixa quota mínima para a fabricação de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legendas.

Plenário começa a discutir situação de brasileiros nascidos no exterior

Tem início hoje o prazo regimental de cinco sessões ordinárias para a discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a filhos de brasileiros nascidos no exterior optarem pela nacionalidade brasileira, após atingirem a maioria, desde que sejam registrados nos consulados.

Segundo o autor da PEC, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é injusta a situação dos filhos de brasileiros que ficam sem a proteção da



Amir Lando esclarece que a intenção é corrigir falha

ordem jurídica brasileira.

Relatada favoravelmente pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), a proposta é semelhante a outra PEC apresentada por Alcântara em 1997 e arquivada por ausência de tramitação. A intenção de Alcântara é corrigir, segundo Amir Lando, erro contido na Emenda

Constitucional de Revisão nº 3, que buscou instituir a opção pela dupla nacionalidade, mas eliminou a possibilidade de obtenção de nacionali-

dade brasileira pura e simples por meio do registro em repartição brasileira no exterior. O dispositivo resultante da emenda foi que a nacionalidade brasileira só pode ser obtida com a volta ao Brasil e a opção em qualquer tempo pelo registro em cartório.

O Senado também discute, em turno único, concessão de rádio e TV à Fundação João Paulo II, sediada em Cachoeira Paulista (SP), e renovações de permissão para as rádios JPB, de Lages (SC), e Fundação Nossa senhora Aparecida, de Aparecida (SP).

CAS aprecia serviço voluntário para estudante pagar crédito educativo

Projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), estabelecendo que os estudantes inadimplentes com o Programa de Crédito Educativo (PCE), do Ministério da Educação, poderão saldar suas dívidas através da prestação de serviços voluntários, em sua especialidade, será examinado hoje pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A reunião da comissão está marcada para as 9 horas.

A CAS deverá examinar, tam-

bém, dois projetos que beneficiam os deficientes físicos. O primeiro, de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), estabelece que as empresas privadas com cem empregados ou mais serão obrigadas a reservar 3% das vagas para deficientes. O segundo, de autoria do Executivo, dispõe sobre normas e critérios básicos para a promoção e acessibilidade das



Patrocínio

pessoas portadoras de deficiência.

Na mesma reunião, a CAS deve votar, ainda, propostas que dispõem sobre extensão do salário-maternidade à trabalhadora autônoma; assistência pré-natal às gestantes e normas de vigilância sanitária para medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos.

Incentivo para informática será analisado pela CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se hoje, às 10 horas, para analisar uma pauta de 10 itens, entre os quais parecer do senador José Jorge (PFL-PE) favorável a projeto de lei que prorroga a isenção ou redução de IPI para empresas do setor de informática que executem projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

A total isenção do imposto, concedida de outubro de 92 a outubro do ano passado, será prorrogada até 31 de dezembro próximo. A partir daí, haverá apenas redução do IPI, que irá diminuindo, até acabar no primeiro dia do ano 2010, conforme o projeto. O relator, senador José Jorge, apresentou nove emendas à proposta, inclusive para beneficiar as pequenas e médias empresas.

Em caráter terminativo, a CCJ também analisará parecer do relator Pedro Simon (PMDB-RS) favorável a projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que desobriga a Agência Nacional de Petróleo (ANP) a ter escritório central na cidade do Rio de Janeiro. Se aprovado, a ANP passará a ter sede e foro no Distrito Federal e poderá instalar unidades administrativas regionais onde julgar necessário.

Outro parecer que deverá ser apreciado pelos membros da CCJ é favorável a projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que institui isenção temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente na aquisição, por transportadores autônomos, de caminhões para transporte de mercadorias e cargas. O parecer é de autoria do relator, senador José Jorge.

Deverá ser examinado, ainda, parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) ao projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que disciplina o uso de dados referentes a pessoas físicas e jurídicas em bancos de dados, informatizados ou não.



Ramez Tebet elogiou a prefeitura de Campo Grande por projeto que beneficia cerca de 500 índios

Tebet destaca projeto de habitação de Campo Grande

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou, em pronunciamento feito ontem da tribuna do Plenário, a escolha, pela Caixa Econômica Federal, do Projeto Aldeia Urbana, de Campo Grande, como um exemplo de programa habitacional, ao lado de outros nove em todo o país.

O senador informou que o projeto beneficia cerca de 500 índios que viviam em condições precárias na capital do estado, acrescentando que no local para onde foram transferidos foi realizado um trabalho social que incentivou as várias formas de organização comunitária.

Ele lembrou que Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do Brasil.

Para Ramez Tebet, essa experiência mostrou que é possível desenvolver projeto arquitetônico respeitando as características específicas da população beneficiária, com alternativas de baixo custo, e garantindo qualidade de vida aos moradores.

O senador aproveitou seu discurso para chamar a atenção para o problema habitacional no país e reprovar a liminar que permitiu o auxílio-moradia aos juízes: "Temos de dar auxílio-habitação a quem precisa", disse.

Tebet lembrou que o Brasil, com a quinta maior população do mundo, experimentou um processo radical de urbanização. Mais de 70 milhões de pessoas se deslocaram do campo para as cidades nos últimos 40 anos, afirmou ele, transformando a falta de habitação em um dos principais problemas do país.

Em aparte, o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) também elogiou a administração do prefeito de Campo Grande, André Puccinele. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) disse que Tebet apontava em seu discurso um modelo de solução habitacional a ser seguido. O senador José Alencar (PMDB-MG) ressaltou que o direito à moradia só será garantido com crescimento econômico, e o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que a habitação tem que ser enfrentada como um desafio pelo governo.

Cabral: Amazônia é vítima da ação de grandes grupos

Senador diz que poder econômico impede o desenvolvimento da região, que, para ele, é alvo da cobiça do capital estrangeiro

A intervenção de grupos economicamente fortes está impedindo o desenvolvimento da região amazônica, afirmou ontem o senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Para ele, desde a queda do Muro de Berlim, a dicotomia entre socialismo e capitalismo cedeu lugar ao império das forças econômicas, que hoje podem decidir sobre a soberania de países.

Cabral informou ao Plenário sua participação, no último dia 25, no seminário "Amazônia: o nosso desafio é desenvolvê-la", promovido pela Central Social-Democracia Sindical. O evento contou com a participação, entre outros, do presidente da central, Enilson Simões de Moura (Alemão) e do gover-



Segundo Bernardo Cabral, a Amazônia tem "o maior banco genético do mundo"

nador do Amazonas, Amazonino Mendes.

Em sua palestra, que teve o título "A ocupação da Amazônia: a ameaça da invasão estrangeira", Cabral disse ter salientado que a região "é o maior banco genético do mundo".

Ele informou que é sabido, nos meios farmacêuticos, que 40% dos remédios se originam das riquezas naturais brasileiras, o que explica o grande interesse de grupos estrangeiros pela região. Cabral citou reportagens de jornais locais sobre o tema, incluindo afirmações suas de que, para solucionar o problema da pressão econômica na ocupação da Amazônia, é preciso incentivar o pacto amazônico e o aproveitamento racio-

nal de recursos.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que o Brasil deve ficar atento para o que ocorrer na região, porque sua biodiversidade é um patrimônio imenso. Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) protestou contra a política do governo em Roraima, afirmando que, devido à criação de reservas ecológicas, menos de 19% do território do estado são destinados hoje a áreas produtivas.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) protestou contra a ação do grupo ecológico Greenpeace, que, segundo ele, "nem nome brasileiro tem e é recebido nos escalões do governo e até no Senado". Amir Lando (PMDB-RO) reconheceu que hoje existe "uma pressão brutal para a desocupação da Amazônia", enquanto o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que "não se pode permitir que a nossa soberania seja machucada".

Moreira Mendes acusa ex-governador de Rondônia de corromper correligionário

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) acusou o ex-governador de Rondônia Waldir Raupp de Matos de ter corrompido um dos membros da comissão executiva do PMDB, "um empresário falido de Ji-Paraná", na votação de um recurso solicitando a anulação da convenção do diretório municipal de Porto Velho. A reunião da executiva foi realizada no último sábado, em Ji-Paraná.

De acordo com Moreira Mendes, Waldir Raupp prometeu ao empresário R\$ 500 mil de um total de R\$ 900 mil das emendas e projetos alocados para Ji-Paraná pela deputada Marinha Raupp (PSDB-RO), esposa do ex-governador. Moreira Mendes também solidarizou-se

com o senador Amir Lando (PMDB-RO), que na convenção defendeu posição contrária à do ex-governador.

Dois grupos defenderam posições diferentes. De um lado, o grupo liderado pelo senador Amir Lando, que congrega o PMDB histórico de Rondônia, o PMDB de lutas, o PMDB ético. Do outro, o PMDB da mentira, do engodo, da corrupção, liderado pelo ex-governador Raupp, aquele da promessa falsa. Resultado: perdeu o gru-



Conforme Moreira, o "PMDB ético" perdeu para "o PMDB da mentira"

po do senador Amir – relatou o senador.

Moreira Mendes disse ainda que, quando governador, Raupp levou o estado ao caos, liquidando o Banco do Estado de Rondônia (Beron), não pagando as antecipações de receitas orçamentárias (AROs) e desviando recursos de convênios de saúde, do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema).

Ronaldo e Saturnino apóiam pequenos provedores da Internet

Os mais de mil pequenos provedores brasileiros de Internet receberam ontem apoio dos senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Roberto Saturnino (PSB-RJ) para modificar a Lei Geral das Telecomunicações e igualar as condições de trabalho com os grandes provedores que estão oferecendo acesso gratuito. O apoio foi anunciado durante o Encontro Nacional Aberto de Provedores de Internet, realizado ontem no Auditório Petrônio Portella do Senado Federal.

Ronaldo Cunha Lima disse que a democracia significa igualdade de participação e "nada mais lógico que os meios de comunicação, como



Ronaldo e Saturnino querem mudar a lei para evitar o domínio do mercado pelos grandes provedores



difusores do conhecimento, sejam caminhos abertos para todos". Ronaldo anunciou que, logo após o Carnaval, apresentará projeto de lei que permitirá a todos os provedores fornecerem acesso gratuito à Internet. Duas opções estão sendo analisadas, adiantou ele. A primeira é baseada no mo-

delo europeu, em que os provedores recebem uma comissão das companhias telefônicas sobre o tráfego telefônico gerado através do provedor. Os provedores pretendem que essa comissão seja, no mínimo, de 50% do faturamento. A outra alternativa seria cobrar apenas um único pulso telefônico de quem acessa a Internet, independente do tempo de uso.

Os provedores gratuitos morreriam, porque a moeda deles é o tráfego telefônico. O acesso gratuito está sendo bancado com o apoio das companhias telefônicas. Estou tentando conseguir mais 200 linhas para o meu provedor e não consigo. Um desses provedores gratuitos conseguiu 30 mil

linhas de um dia para o outro – explicou o diretor administrativo-financeiro da Associação Nacional dos Provedores de Internet, Fernando Bravo.

O senador Roberto Saturnino acredita que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) tomará alguma medida para preservar a rede de provedores existente, mas não será uma solução definitiva. "Uma solução definitiva só poderá ser viabilizada através de projeto de lei e o senador Ronaldo Cunha Lima tem todas as condições necessárias para apresentar e conseguir aprovar esse projeto" afirmou. Saturnino também salientou a necessidade de se buscar apoio das autoridades da área de telecomunicações e de manter a mobilização dos provedores em torno da proposta de mudança da lei.

Plenário aprova voto de pesar pela morte de artista piauiense

O Plenário aprovou voto de pesar pela morte do artista piauiense Dezinho de Valença, entalhador que se notabilizou por produzir anjos e santos em madeira. Morto no dia 20 de fevereiro, aos 84 anos, Dezinho foi homenageado pelo Senado atendendo a requerimento do senador Hugo Napoleão (PFL-PI).

Ele lembrou a importância do entalhador e de suas inúmeras obras, que se encontram espalhadas por todo o Brasil.

O Piauí sentiu bastante a morte de mestre Dezinho. Estamos preparando a construção de um memorial em sua homenagem – disse Hugo Napoleão, ao apresentar o requerimento propondo o voto de pesar.

O senador pelo Piauí leu trechos de artigos de jornais sobre o trabalho do artista, segundo os quais Dezinho, dono de uma técnica peculiar, elevou a cultura piauiense à universalidade. Ele produzia anjos com asas para cima e santos com vestes cuidadosamente trabalhadas.

Nascido José Alves de Oliveira na cidade de Valença, desde pequeno Dezinho mostrava aptidão para o entalhe em madeira, usando pequenas facas e canivetes. Mas seus dons artísticos e seu sonho de tornar-se poeta não foram aproveitados pela família de lavradores. Dezinho trabalhou a princípio na capina, tornando-se mais tarde marceneiro. Só depois de casado, e já com seis filhos, mudou-se para Teresina, onde se tornou vigia noturno, até começar seu trabalho como construtor de altares de igrejas.

Senadores criticam auxílio dado aos juizes

Maioria considera equivocada a decisão do Supremo Tribunal Federal de assegurar até R\$ 3 mil adicionais por mês a título de ajuda para moradia a magistrados. ACM prevê prejuízos para o país e Jader cobra aplicação do teto salarial

A concessão de um auxílio-moradia para os juizes federais, militares e trabalhistas pelo Supremo Tribunal Federal, no último domingo, provocou a reação de diversos senadores, que em sua maioria condenaram a decisão do STF, prevendo prejuízos para o país e cobrando uma

solução para a questão salarial do funcionalismo público como um todo. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, acha que a decisão liminar será revista. Jader Barbalho, líder do PMDB, criticou a solução encontrada para evitar a greve no Judiciário.



ACM acredita que o STF deverá rever a decisão liminar tomada por Nelson Jobim

Antonio Carlos diz que decisão prejudica o país

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que a concessão de auxílio-moradia para os juizes trará prejuízos para o país e poderá levar ao caos financeiro, devido a "reivindicações que dificilmente poderão ser contidas". Antonio Carlos reiterou sua convicção de que a medida será derrubada:

— Conhecendo os homens do Supremo como conheço, sabia que a quase totalidade ia ter uma reação muito forte. Não posso ver um homem como Moreira Alves, que é um símbolo no Brasil, metido nisso. Acho que foi uma hora infeliz do ministro Jobim — assinalou Antonio Carlos, referindo-se ao ministro Nelson Jobim, responsável pela liminar que permitiu a concessão do auxílio.

Para o senador, o episódio fortalece sua tese de que deve ser dado um aumento substancial para o salário mínimo.

— Como é que se pode dar auxílio-moradia para quem ganha mais, para quem tem casa, apartamentos — alguns até subsidiados —, e não se dar R\$ 30 a mais para quem ganha o salário mínimo? — indagou.

Antonio Carlos Magalhães não acredita que o presidente Fernando Henrique Cardoso teria influenciado a decisão de Jobim:

— O problema do presidente é que ele não gosta de meter-se nos assuntos dos outros Poderes, seja Judiciário ou Legislativo. Não quer dizer que ele esteja de acordo ou em desacordo — afirmou o presidente do Senado, afastando a possibilidade de uma crise entre os Poderes. "Talvez seja motivo para uma união, dentro dos princípios morais que devem nortear os Poderes. O Supremo, no momento em que revogar essa liminar, ou em que entrar no mérito, tornando-a sem efeito, vai merecer os aplausos do Brasil inteiro."



Jader: o STF precisa assumir que o teto salarial de R\$ 12.700 já existe

Jader acha que o Supremo deve definir regras claras

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) criticou ontem a solução encontrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para evitar a greve anunciada pelos juizes federais, concedendo um adicional salarial a título de auxílio-moradia de até R\$ 3 mil. Segundo Jader, o STF tem competência privativa, garantida pelo artigo 96 da Constituição, para determinar salários de juizes e "deveria ter a coragem de assumir que já existe um teto salarial de R\$ 12.700". Para o senador, a não fixação do teto salarial está garantindo privilégios a funcionários dos três Poderes que ganham mais de R\$ 12.700 e não têm interesse na fixação de um teto:

— O Supremo Tribunal Federal precisa ter coragem para estabelecer as regras para os seus integrantes. Se não o faz, o que pode esperar a sociedade brasileira do seu Poder Judiciário? Para a sociedade, passamos a idéia de que há uma enorme dificuldade de resolver os problemas. É tudo muito preocupante e antipedagógico quando parte da cúpula — afirmou o senador.

Para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o mais grave na questão do auxílio-moradia foi o fato de ter sido decidido sob pressão dos próprios juizes. "Essa pressão é inadmissível", afirmou. Ademir Andrade (PSB-PA) disse que Jader analisava apenas um lado da questão

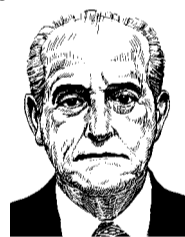
do teto, pois, se de um lado reduz despesas, por outro propicia aumento automático de até 67% para todos os membros do Poder Judiciário e de 59% para os parlamentares. Ademir defendeu um aumento escalonado para todo o funcionalismo. Jader rebateu afirmando que o fato de existir um teto não obriga ao ajuste de salários de parlamentares.

Heloísa Helena (PT-AL) concordou na existência de "uma legião" que não tem interesse na fixação de um teto salarial para os três Poderes e defendeu a busca

da responsabilidade de quem não cumpre a Constituição. "O próprio STF foi responsável pelas críticas que recebeu", assinalou. Para ela, é preciso definir os limites entre a autonomia dos Poderes e o interesse público.

Renan Calheiros (PMDB-AL) enfatizou o bom senso de Jader ao abordar o assunto e disse que a saída apontada pelo senador não é a melhor, mas a única. José Eduardo Dutra (PT-SE) observou que o auxílio-moradia foi a pior saída possível e que seria melhor ter dado um abono.

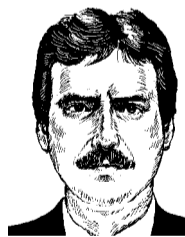
Casildo Maldaner (PMDB-SC) também acredita que a solução para o salário dos juizes está nas mãos do STF e apelou a Jader para que o PMDB encontre uma terceira via de conciliação na questão da fixação do novo valor do salário mínimo.



Ramez Tebet



Heloísa Helena



Ademir Andrade



Casildo Maldaner



Renan Calheiros



José Eduardo Dutra

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

1h — Debate: O senador Pedro Simon e o jornalista Hélio Doyle falam do avanço da extrema-direita na Europa
1h55 — Senado em Pauta
2h — Unip: Virus Papiloma IV
2h30 — Jornal do Senado
2h55 — Senado em Pauta
3h — Cores do Brasil: Turismo em Alagoas
3h30 — Entrevista: O senador Roberto Saturnino fala sobre o Fundo dos Serviços de Telecomunicações
3h55 — Senado em Pauta
4h — Jornal do Senado
4h30 — Unip: Virus Papiloma IV
4h55 — Senado em Pauta
5h — TV Escola — Crônicas da Terra: Sol
5h30 — Cores do Brasil: Turismo em Pernambuco
5h55 — Senado em Pauta
6h — Unip: Virus Papiloma IV
6h30 — Debate: O senador Pedro Simon e o jornalista Hélio Doyle falam do avanço da extrema-direita na Europa

7h25 — Senado em Pauta
7h30 — Entrevista: O senador Roberto Saturnino fala sobre o Fundo dos Serviços de Telecomunicações
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h30 — TV Escola — Crônicas da Terra: Sol
8h55 — Senado em Pauta
9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — Entrevista: O senador Leomar Quintanilha fala sobre o uso de sensores para prevenir acidentes com gás
19h — Cores do Brasil: Turismo em Sergipe
19h30 — Debate: O senador Pedro Simon e o jornalista Hélio Doyle falam do avanço da extrema-direita na Europa
20h30 — Entrevista: O senador Roberto Saturnino fala sobre o Fundo dos Serviços de Telecomunicações
21h — Jornal do Senado
21h30 — Sessão Plenária (representação)

PROGRAMAÇÃO SUJEITA A ALTERAÇÕES EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

ACM prefere aguardar acordo sobre edição de MPs

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que ainda aguarda um acordo entre as lideranças políticas sobre a adoção de regras destinadas a limitar a edição de medidas provisórias. Por isso, pretende observar o progresso desses entendimentos antes de tomar uma decisão a respeito da promulgação de partes já aprovadas pela Câmara e pelo Senado da proposta de emenda constitucional que restringe as MPs.

Antonio Carlos fez a afirmação ao responder a questão de ordem formulada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que pediu à presidência do Senado a convocação de uma sessão para promulgar os dispositivos da PEC já acolhidos por ambas as Casas do Congresso. Dutra argumentou que, suscitada a mesma questão de ordem após votação da matéria na Câmara dos Deputados, o presidente daquela Casa, deputado Michel Temer (PMDB-SP), respondera que a promulgação das coincidências "haveria de ser decretada pelo Senado Federal".

O presidente do Senado lembrou que está em andamento um "esforço político" das duas Casas do Congresso, no sentido de um acordo que evite a promulgação apenas das partes coincidentes já aprovadas, acrescentando que, como a matéria "é complexa", dará mais tempo às negociações políticas para que se promulgue "um todo, que represente a consciência da grande maioria do Congresso Nacional".

— Estou ainda nesse esforço — enfatizou Antonio Carlos — e, se nós não conseguirmos em tempo hábil, eu acredito que, ouvido o Plenário do Senado, vou proceder como V. Ex.^a deseja. Mas darei tempo para que as articulações políticas possam formular um projeto que represente o pensamento das duas Casas do Congresso.

O senador José Eduardo Dutra disse ter ficado satisfeito com a resposta de Antonio Carlos, acrescentando que a aprovação da matéria resultou de um entendimento que incluía "a minoria, a oposição", tanto do Senado quanto da Câmara. "V. Ex.^a tem absoluta razão. É só verificar: foram 70 votos contra dois, conseqüentemente, houve uma consciência da Casa", respondeu o presidente do Senado.

Romero Jucá parabeniza TCU pela criação da Sala do Congressista

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) parabenizou o Tribunal de Contas da União (TCU) pela criação, em sessão extraordinária realizada no dia 23, da Sala do Congressista em suas dependências. Ele fez um agradecimento especial ao presidente do tribunal, Iram Saraiva, e aos ministros Guilherme Palmeira e Adilson Motta, respectivamente relator e autor da proposta.

— Esta decisão demonstra a visão, a transparência e a seriedade dos integrantes do Tribunal de Contas da União, além do compromisso de auxiliar no trabalho dos congressistas. A aprovação deste projeto de resolução engrandece a ação do TCU e auxilia as atividades dos parlamentares do Congresso Nacional — afirmou.

Romero Jucá informou que, na condição de presidente da Comis-



Romero Jucá observou que a decisão demonstra a transparência do tribunal

são de Fiscalização e Controle do Senado, recebeu uma correspondência do presidente Iram Saraiva comunicando a criação da Sala do Congressista. Ele disse que a medida permitirá aos deputados e senadores melhores condições para acompanhar o trabalho do TCU na fiscalização das contas públicas do país.

A resolução aprovada prevê que, além dos parlamentares, também serão recebidos na Sala do Congressista as suas assessorias, para encaminhamento de pedidos de informação ou de trabalhos de auditoria e para obtenção de vista e cópia de processos. A criação do ambiente não prejudicará o acesso direto dos membros do Congresso aos gabinetes dos ministros, auditores, membros do Ministério Público e dirigentes das unidades da secretaria do tribunal.

Ademir critica novas regras para revenda de combustíveis

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou a portaria da Agência Nacional do Petróleo (ANP), publicada em janeiro último, determinando que as empresas distribuidoras de combustíveis possam ser proprietárias de postos de revenda. Em sua opinião, a decisão “é um atentado à li-

berdade de mercado, pois permitirá que o cartel formado pelas grandes distribuidoras invada um mercado que é livre e concorrencial”.

Ademir Andrade informou que as seis maiores empresas distribuidoras — BR, Shell, Esso, Texaco, Ypiranga e Agip — respondem por cerca de 78% do mercado. De outro lado, informou, as empresas revendedoras varejistas compreendem cerca de 27 mil pequenos e médios empresários. Os primeiros, acrescentou, empregam relativamente poucos trabalhadores, enquanto os segundos empregam mais de 300 mil pessoas.

— Que lógica poderia ter essa medi-



Ademir Andrade cobra do ministro Tourinho explicações sobre a portaria da ANP

da para quem diz querer ver o capitalismo competitivo funcionar no Brasil? — questionou o senador.

Para ele, a medida “corresponde ao propósito de verticalização da indústria, pela qual somente os gigantes dominarão todas as fases do setor de petróleo”. Disse também que os limites definidos pela legislação, que permite a cada distribuidora ser proprietária de até 10% dos postos e comercializar até 15% do volume de combustíveis em cada estado da Federação, não serão, em sua visão, suficientes para evitar a cartelização.

Ademir comunicou que está encaminhando requerimento de informações ao ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, pedindo explicações sobre a decisão da ANP. Ele não acredita que a medida venha trazer qualquer tipo de vantagem para o consumidor. “Não se deve esperar que um mercado oligopolizado resolva diminuir preços”, exemplificou.

Suassuna defende limites para atração de capital internacional

Presidente da CAE propõe que o governo seja proibido de financiar grupos estrangeiros na compra de empresas nacionais

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), defendeu ontem da tribuna que o governo brasileiro seja proibido de financiar grupos estrangeiros na compra de empresas brasileiras.

Para ele, um país de baixa poupança interna como o Brasil não pode se dar ao luxo de gastar dinheiro para financiar empresas estrangeiras, que têm fácil acesso ao capital internacional.

— Não sou xenófobo, mas todos têm de concordar que é um absurdo o BNDES financiar grupos estrangeiros na compra de empresas brasileiras, como ocorreu em outubro passado, quando foi privatizada a Companhia de Geração Elétrica Tietê, uma das empresas em que foi subdividida a Centrais Elétricas do Estado de São Paulo — afirmou.

O senador considera que o capital estrangeiro é necessário e contribui para a prosperidade brasileira, especialmente pela tecnologia avançada que traz ao país. Entretanto, Suassuna alerta que ele deixa de ser interessante quando a economia sofre um processo “exagerado” de desnacionalização. O senador concorda que é difícil dizer o momento em que esse capital se torna “excessi-



Suassuna: não à xenofobia, mas também à perda do “controle sobre nosso próprio destino”

vo” na economia de um país.

— Quando a presença estrangeira na economia nacional torna-se excessiva, é como se perdêssemos o controle sobre nosso próprio destino, sendo tomadas por estrangeiros as decisões mais importantes que afetam nossa economia — observou.

Ele citou uma entrevista concedida recentemente pelo banqueiro Fernão Bracher, ex-presidente do Banco Central, na qual ele afirmou que, na crise cambial de janeiro de 99, o Brasil só não entrou em colapso porque os grandes bancos nacionais — Bradesco, Itaú e Unibanco — continuaram compran-

do papéis da dívida pública.

Ney Suassuna lembrou os argumentos usados pelos críticos da abertura aos investimentos estrangeiros, para quem a maior parte das aplicações se destina à compra de negócios já existentes, e não à construção de novas indústrias, ou seja, seria apenas uma transferência de propriedade de nacionais para estrangeiros. Ponderou, no entanto, que os brasileiros que vendem suas empresas acabam investindo em novos negócios no país, gerando riqueza e emprego.

O ex-ministro Roberto Campos, lembrou Suassuna, considera o termo “desnacionalização” inadequado para descrever o que ocorre no Brasil, pois isso só ocorreria quando houvesse perda de patrimônio.

— Discussões semânticas à parte, os US\$ 30 bilhões que o Brasil recebeu no ano passado representam 20% do total de investimentos realizados no país. Outros 80% de investimentos são de origem nacional, o que levou a revista *Veja* a concluir que “a economia brasileira é um bicho muito grande para ser deglutido assim rapidinho, mesmo por um animal do porte do capital internacional” — acrescentou.

Conselho de Ética reúne-se hoje às 10h

O Conselho de Ética do Senado reúne-se pela segunda vez hoje, às 10h. Os senadores aguardam a leitura dos pareceres dos quatro primeiros processos sob análise do órgão. Na última reunião, dia 23 de fevereiro, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente do conselho, indicou os relatores de cada processo, que dispõem do prazo regimental de cinco sessões ordinárias ou 30 dias (conforme prevê o Regimento Interno do Senado) para apresentação dos pareceres.

Jefferson Péres (PDT-AM) elabora parecer a respeito da representação elaborada pelo PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV e PL contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Heloísa Helena (PT-AL) foi escolhida para relatar a representação popular oferecida contra o senador Luiz Otávio (sem partido-PA). Caberá a Ney Suassuna (PMDB-PB) parecer a respeito de denúncia contra Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) e Geraldo Lessa (PSDB-AL). Por fim, Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) irá relatar denúncia formalizada contra Romero Jucá (PSDB-RR).

Antero propõe expropriação de terras onde há trabalho escravo

Projeto de lei determinando a expropriação de glebas que forem exploradas com a utilização de trabalho escravo foi apresentado pelo senador Antero de Barros (PSDB-MT). A proposta, que tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), prevê a expropriação sem qualquer indenização e sem prejuízo de outras sanções legais, determinando ainda que as glebas sejam destinadas ao programa nacional de reforma agrária.

— A nossa intenção é estender às glebas exploradas mediante trabalho escravo a espécie de expropriação que a Constituição prevê para as glebas onde haja cultivo ilegal de plantas psicotrópicas — disse.

Segundo Antero, na Fazenda Inajá, em São José do Xingu (MT), três trabalhadores, depois de várias tentativas, conseguiram fugir e denunciar os seus proprietários nos organismos de defesa dos direitos humanos. Os trabalhadores, além de terem seus salários retidos e ficarem confinados, foram submetidos a tortura e humilhações após uma tentativa frustrada de fuga, informou.

Para a aplicação das sanções previs-



Antero quer estender ao trabalho escravo a expropriação já prevista para o cultivo ilegal de drogas

tas no projeto, o senador define como trabalho escravo ou análogo aquele em que o trabalhador é obrigado ao trabalho mediante retenção de salários, ameaças e outras formas de violência.

Ele recordou que, conforme a Constituição, um dos requisitos para a propriedade rural cumprir sua função social é a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar dos trabalhadores e proprietários.